

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Velho

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO

2016 - 2021

**Divisão de Planeamento, Coordenação de Projetos e
Financiamento Comunitário**

agosto de 2022

Página em branco

TÍTULO

Relatório de avaliação e controlo da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Velho

PERÍODO DE MONITORIZAÇÃO: 2016 - 2021

REPONSÁVEL MÁXIMO:

Dr.º Emílio Torrão, Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

ELABORAÇÃO:

Divisão de Planeamento, Coordenação de Projetos e Financiamento Comunitário

Página em branco

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO:.....	3
2. MONITORIZAÇÃO:	7
3. ANÁLISE E RESULTADOS	17
3.1. Valores Naturais.....	17
3.2. Qualidade de vida e proteção da população.....	19
3.3. Estrutura de Usos	23
3.4. Água	26
3.5. Fatores de alteração do clima	30
3.6. Valores culturais	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – “Quadro 10 - Objetivos de sustentabilidade, critérios e indicadores por FCD” in Relatório Ambiental.....	5
Tabela 2 - “ <i>Quadro 1 – Resumo do programa de controlo</i> ” in DA	7
Tabela 2 - “Quadro 1 – Resumo do programa de controlo” In DA	7
Tabela 3 - Evolução no Quadro de Referência Estratégico (QRE).....	11
Tabela 4 - Ponto de Situação dos projetos/intervenções do Programa de Execução da 1.ª Revisão do PDM de Montemor-o-Velho	13
Tabela 5 – Proposta de alteração do programa de controlo	36

Página em branco

1. ENQUADRAMENTO:

A 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Montemor-o-Velho foi publicada em Diário da República (DR), através do Aviso n.º 10379/2015, a 11 de setembro, procedimento sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), com a devida elaboração do Relatório Ambiental (RA) e da Declaração Ambiental (DA), nos termos do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação, sobre a qual decorreu uma correção material publicada através do Aviso n.º 15020/2015 de 23 de dezembro.

Posteriormente, o PDM de Montemor-o-Velho foi objeto de uma alteração por adaptação, para efeito de transposição do Plano Especial de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila, concretizada através da publicação do Aviso n.º 7105/2017, de 27 de junho, seguida de uma correção material, publicada pela Declaração de Retificação n.º 888/2017, de 28 de dezembro, ambas em DR, 2.ª série.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) pretende garantir um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a promoção de um desenvolvimento sustentável através da integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas e na sua posterior implementação. Constitui-se, assim, como um processo integrado, contínuo e sistemático de avaliação de impactes tendo em vista os seguintes objetivos:

- a) Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de políticas;
- b) Detetar oportunidades e ameaças, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- c) Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas.

A análise integrada do **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, das **Questões Estratégicas (QE)**, objetivos estratégicos e linhas de força objeto da avaliação, e dos **Fatores Ambientais** dão resposta ao alcance da AAE e definem os **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)**, que descrevem as estratégias e ações que visam satisfazer os objetivos ambientais e alcançar um futuro mais sustentável.

O **QRE** considerado no **Relatório Ambiental (RA)** reflete os instrumentos, planos e programas, aos níveis nacional, regional e municipal em vigor à data, que estiveram na base dos **objetivos estratégicos** identificados:

QE1 – Qualificação do espaço urbano

QE2 – Preservação e valorização do património cultural

QE3 – Proteção do sistema biofísico

QE4 – Promoção de atividades económicas e valorização dos recursos endógenos

QE5 – Infraestruturação territorial

Da relação entre as **Questões Estratégicas (QE)** e os **Fatores Ambientais (FA)** decorreu a definição dos **Fatores Críticos de Decisão (FCD)** para avaliação da execução e evolução dos **PDM de Montemor-o-Velho**, tendo sido definidos os seguintes **objetivos de sustentabilidade**:

FCD 1. VALORES NATURAIS:

- a) Manter as Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza, nomeadamente o Paul de Arzila e o Paul do Taipal, incluindo os seus habitats e as espécies da flora e da fauna. Ambas as áreas integram a Rede Natura 2000, e o Paul da Arzila integra ainda a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP);
- b) Promover a continuidade e estrutura dos corredores ecológicos, em que se destaca o vale do rio Mondego e suas linhas de água afluentes, especialmente as que ainda possuem galerias ripícolas, e outros corredores secundários que integram as zonas húmidas integradas na RNAP e na Rede Natura 2000 (Paul de Arzila e Paul do Taipal).

FCD2. QUALIDADE DE VIDA E PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO:

- a) Promover o emprego e as atividades económicas, através do incentivo à fixação de empresas e estímulo à oferta de alojamento turístico;
- b) Garantir o bem-estar e a salubridade da população, através do aumento do acesso dos cidadãos a equipamentos de apoio social e promover a diminuição dos conflitos de usos;
- c) Minimizar os riscos naturais e tecnológicos, através da diminuição da exposição ao risco da população e dos seus bens.

FCD3. ESTRUTURA DE USOS:

- a) Promover uma estrutura urbana sustentável, através da densificação dos principais núcleos urbanos e promoção da regeneração e da qualificação urbana;
- b) Valorizar o espaço rural via a preservação dos melhores solos agrícolas e promoção da função de proteção do espaço florestal;
- c) Incentivar a mobilidade sustentável, ao proporcionar a maior utilização de transportes coletivos e de meios suaves.

FCD4. ÁGUA:

- a) Preservar os sistemas aquíferos, através da proteção dos recursos hídricos subterrâneos e da origem subterrânea de água para abastecimento público;
- b) Melhorar o sistema de drenagem natural, ao contribuir para a naturalização da drenagem superficial e promoção da melhoria da qualidade da água superficial;
- c) Promover o tratamento dos efluentes líquidos, ao assegurar o tratamento das águas residuais.

FCD5. FATORES DE ALTERAÇÃO DO CLIMA:

- a) Aumentar a produção de energia através de fontes renováveis, potenciando a produção de energias renováveis em território concelhio;
- b) Reduzir a emissão de gases com efeito de estufa, ao contribuir para a redução de emissões de CO2.

FCD6. VALORES CULTURAIS:

- a) Valorizar a paisagem do vale do Mondego, com a preservação e promoção da coerência da paisagem característica do vale do Mondego, e integrar as orientações de gestão para as unidades da paisagem;
- b) Preservar os núcleos históricos e os sítios classificados, com a garantia da proteção dos elementos patrimoniais.

Para os **objetivos de sustentabilidade** foram considerados **critérios a verificar e indicadores** (*Quadro 10*), de modo a estabelecer uma base de avaliação das propostas do Plano:

Tabela 1 – “*Quadro 10 - Objetivos de sustentabilidade, critérios e indicadores por FCD*” in Relatório Ambiental

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critérios	Indicadores para avaliação e definição de tendência de evolução
1. Valores naturais	Manter as áreas classificadas para a conservação da natureza	Integra os objetivos de conservação e as orientações de gestão das áreas classificadas (AC)?	- Habitats e espécies alvo de orientações de gestão (ha e n.º) - Usos naturais ou seminaturais num raio de 100 m na envolvente à AC (ha)
	Preservar o corredor ecológico do Mondego e os corredores ecológicos secundários	Promove a continuidade e a estrutura dos corredores ecológicos?	- Áreas integradas em corredores ecológicos de acordo com os critérios da ERPVA (ha e %) - Área de corredores ecológicos artificializada (ha)
2. Qualidade de vida e proteção da população	Promover o emprego e as atividades económicas	Incentiva a fixação de empresas e estimula a oferta de alojamento turístico?	- Estabelecimentos industriais e de logística (%) - Unidades de alojamento turístico (número de camas)
	Garantir o bem-estar e a salubridade da população	Aumenta o acesso dos cidadãos a equipamentos de apoio social? Promove a diminuição dos conflitos de usos?	- Capitação de equipamentos de apoio à terceira idade (hab/equip) - População localizada num raio de 5 km de equipamentos públicos (%) - Explorações pecuárias licenciadas em Solo Urbano (n.º explorações)
	Minimizar os riscos naturais e tecnológicos	Promove a diminuição da exposição ao risco da população e dos seus bens?	- Área edificada em zonas de elevada a muito elevada perigosidade de incêndio florestal (ha) - Ocorrência de incêndios florestais e área ardida (n.º e ha) - Área edificada e/ou impermeabilizada em zonas de risco de cheia (ha por tipologia de uso)
3. Estrutura de usos	Promover uma estrutura urbana sustentável	Densifica os principais núcleos urbanos? Promove a regeneração e qualificação urbana?	- Densidade habitacional nos perímetros urbanos de nível I e II (fogos/ha) - Espaços urbanos reabilitados (ha)
	Valorizar o espaço rural	Preserva os melhores solos agrícolas? Promove a função de proteção do espaço florestal?	- Área de elevado potencial de uso agrícola com utilização agrícola (ha e %) - Diversidade dos povoamentos florestais (ha por espécie) - Variação da área de floresta de produção/ floresta de proteção (ha e %) - Áreas florestais integradas em ZIF (ha e %).
	Incentivar a mobilidade sustentável	Proporciona maior utilização de TC e de meios suaves?	- População residente em áreas com acesso a transporte coletivo (n.º) - Pistas cicláveis (km)
4. Água	Preservar os sistemas aquíferos	Protege os recursos hídricos subterrâneos? Assegura a proteção da origem subterrânea de	- Área impermeabilizada em zona de recarga de aquíferos (ha) - Ocupação da área afeta às captações e envolvente imediata (ha por tipologia de uso)

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critérios	Indicadores para avaliação e definição de tendência de evolução
		água para abastecimento público?	- Qualidade da água subterrânea (classe de qualidade)
	Melhorar o sistema de drenagem natural	Contribui para a naturalização da drenagem superficial? Promove a melhoria da qualidade da água superficial?	- Área de domínio hídrico impermeabilizada (ha) - Linhas de água requalificadas (km) - Qualidade da água superficial para usos múltiplos (classe de qualidade)
	Promover o tratamento dosefluentes líquidos	Assegura o tratamento das águas residuais?	- Cobertura do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais (%) - Nível de tratamento dos efluentes agropecuários (% e ha usados na valorização agrícola de efluentes)
5. Fatores de alteração do clima	Aumentar a produção de energia através de fontes renováveis	Potencia a produção de energias renováveis em território concelhio?	- Eficiência energética na administração pública (%) - Unidades de produção de energia renovável de pequena escala (n.º e %) - Área afeta a projetos para produção de energias renováveis (ha)
	Reduzir a emissão de gases com efeito de estufa	Contribui para a redução de emissões de CO ₂ ?	- Variação das emissões de CO ₂ por setor de atividade (%) - Área florestal com potencial de sequestro de carbono (ha)
6. Valores culturais	Valorizar a paisagem do vale do Mondego	Preserva e promove a coerência da paisagem característica do vale do Mondego? Integra as orientações de gestão para as unidades da paisagem?	- Espaços de recreio e lazer (n.º) - Áreas de interesse paisagístico salvaguardadas e valorizadas (n.º; ha por tipologia de intervenção)
	Preservar os núcleos históricos e os sítios classificados	Garante a proteção dos elementos patrimoniais?	- Áreas e imóveis de interesse patrimonial salvaguardados e valorizados (n.º; ha por tipologia de intervenção)

2. MONITORIZAÇÃO:

O processo de Avaliação Ambiental a que foi sujeito o procedimento de revisão do PDM de Montemor-o-Velho resultou, por via da Declaração Ambiental (DA), na definição de indicadores ambientais de monitorização que devem ser avaliados e supervisionados, em cumprimento com o previsto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Conforme descrito anteriormente, a AAE é um processo contínuo e sistemático que tem lugar desde do momento inicial da decisão de proceder à elaboração do plano até à aprovação da versão final, e prossegue com a verificação dos efeitos significativos no ambiente por via da execução e implementação do plano.

Neste sentido, o diploma prevê que o controlo e ponderação da concretização do plano do ponto de vista do desempenho ambiental e dos seus impactes sobre o ambiente seja efetuado com uma periodicidade anual.

No âmbito do procedimento da 2.ª Revisão do PDM em curso detetou-se que essa reflexão anual estava em falta, pelo que o presente Relatório de Monitorização e Controlo do procedimento de AAE do PDM de MMV visa sanar essa lacuna propondo abranger o período temporal de todos os anos em falta, desde 2016 a 2021, de acordo com a sugestão da Administração da Região Hidrográfica do Centro da Agência Portuguesa do Ambiente (ARHC/APA).

E em conformidade com as recomendações da ARHC/APA o seu conteúdo têm em consideração a “*Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede de Procedimentos de AAE de Planos e Programas (NT.AAE.2/2020)*”, o “*Guia de melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*”, de 2013, o guia da autoria da DGT, “*Formação dos planos territoriais – Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental*”, de março de 2021, entre outros documentos orientadores.

A fase de Execução e Monitorização da AAE tem como principal objetivo “*controlar os efeitos ambientais significativos da execução de Planos e Programas a fim de, entre outras coisas, identificar atempadamente efeitos negativos imprevistos e lhes permitir aplicar as medidas de correção adequadas*”.¹

Citando a Declaração Ambiental do PDM de Montemor-o-Velho, a “*monitorização assenta na recolha de informação periódica relativa a um painel de indicadores que permitirá seguir os impactes estratégicos decorrentes da execução do Plano. Os indicadores apresentados (ver Quadro 1), permitem assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de dados, no sentido de conhecer a evolução dos efeitos no ambiente da execução do Plano na sua área de influência, bem como detetar e medir tendências de evolução ao longo da sua execução*”, conforme a seguinte tabela:

¹ In NT.AAE.2/2020

Tabela 2 - “Quadro 1 – Resumo do programa de controlo” in DA

Indicadores	Valor de referência (ano de referência)	Meta	Periodicidade	Fontes de informação
FCD 1. Valores naturais				
Habitats e espécies alvo de orientações de gestão	126,2 ha 0,55% do concelho (2006)	Manutenção da área afeta aos habitats e espécies	Bianual	CM-MoV ICNF
Usos naturais ou seminaturais num raio de 100 m na envolvente à AC	97,8 ha 52 ha no Paul de Arzila 45,5 ha no Paul do Taipal (2007)	Manutenção da artificialização da envolvente às Áreas Classificadas	Bianual I	CM-MoV
Áreas integradas em corredores ecológicos de acordo com os critérios da ERPVA	16.931 ha 74% da área do concelho (2014)	Manutenção dos espaços naturais e seminaturais	Bianual	CM-MoV CCDR-C
Área de corredores ecológicos artificializada	1.229 ha (2007)	Variação nula da área edificada no corredor do Mondego e na Estrutura Ecológica Municipal	Bianual	CM-MoV
FCD2. Qualidade de vida e proteção da população				
Estabelecimentos industriais e de logística	169 empresas industriais 58 empresas de transportes e armazenagem (2011)	Duplicar o n.º de empresas localizadas em Espaços de Atividades Económicas	Bianual	CM-MoV
Unidades de alojamento turístico	30 camas (2009)	Triplicar a oferta de alojamento turístico do concelho	Bianual	CM-MoV Turismo de Portugal
Capitação de equipamentos de apoio à terceira idade	15,4% de taxa de cobertura atual (2011)	Atingir a taxa de cobertura de 20% em 2018	Bianual ou Quinquenal	CM-MoV
População localizada num raio de 5 km de equipamentos públicos	Sem dados rigorosos	100% da população residente em Solo Urbano num raio de 5 km de equipamentos públicos fundamentais	Bianual ou Quinquenal	CM-MoV
Explorações pecuárias licenciadas em Solo Urbano	593 explorações (2012)	Diminuir para menos de 50% as explorações pecuárias a menos de 200 m de Solo Urbano	Bianual	CM-MoV DRAP-C
Área edificada e/ou impermeabilizada em zonas de risco de cheias e inundações	141,5 ha (2007)	Variação nula das áreas com novas edificações	Bianual	CM-MoV ANPC
Área edificada em zonas de elevada a muito elevada perigosidade de incêndio florestal	6,4 ha (2015)	Variação nula das áreas com novas edificações	Bianual	CM-MoV ANPC
Ocorrência de incêndios florestais e área ardida	14 ocorrências 173,4 ha de área ardida (2005 a 2013)	Diminuição de ocorrências e de áreas ardida, sem afetação de pessoas e bens	Anual	ICNF CM-MoV ANPC
FCD3. Estrutura de usos				
Densidade habitacional nos perímetros urbanos de nível I e II	Média de 6,9 fogos/ha (2011)	25 fogos/ha	Bianual ou Quinquenal	CM-MoV

Indicadores	Valor de referência (ano de referência)	Meta	Periodicidade	Fontes de informação
Espaços urbanos reabilitados	Sem dados	Reabilitação de 100% das áreas degradadas	Quinquenal	CM-MoV
Área de elevado potencial de uso agrícola com utilização agrícola	8.022,8 ha 35% do concelho (2007)	100%, excluindo as áreas de apoio à atividade agrícola	Anual	CM-MoV
Diversidade dos povoamentos florestais	Pb (4.403 ha); Ec (2.842 ha); Carv (25 ha); Pm (75 ha); Fol (218 ha); Res (25 ha) ⁽¹⁾ (2006)	Aumento da presença de espécies autóctones em detrimento da floresta de produção	Quinquenal	CM-MoV ICNF
Variação da área de floresta de produção/ floresta de proteção	Floresta de produção: 7.345 ha; 96,8% da área florestal Floresta de proteção: 243 ha; 3,2% da área florestal (2006)		Quinquenal	CM-MoV ICNF
Áreas florestais integradas em ZIF	324 ha 51% da área de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)(2007)	Criação de novas ZIF e aumento em 25% da área florestal integrada em ZIF	Quinquenal	CM-MoV ICNF
População residente em áreas com acesso a TC	958 pessoas usam transportes coletivos (2011)	100% da população residente	Anual	CM-MoV
Pistas cicláveis	0 km (2014)	Execução da “Ciclovia do Mondego” no concelho	Quinquenal	CM-MoV
FCD4. Água				
Área impermeabilizada em zona de recarga de aquíferos	182,5 ha 1,9% da área de recarga (2007)	Variação nula da área impermeabilizada em área de recarga face à situação atual	Bianual	CM-MoV
Área impermeabilizada na zona afeta às captações e envolvente imediata	33,8 ha 14,1% da área de proteção (2007)	Sem aumento da artificialização	Bianual	CM-MoV
Qualidade da água subterrânea	6 estações (em 8) classificadas pelo menos na classe A2 em dois anos consecutivos (2011/2012)	Todas as estações de monitorização classificadas pelo menos na classe A2 durante 3 anos consecutivos	Anual	CCDR-C
Área de domínio hídrico impermeabilizada	6,5 ha 0,8% da área do Domínio Hídrico (2007)	Variação nula face à situação atual	Bianual	CM-MoV
Linhas de água requalificadas	0 km (2014)	Aumento de 20%	Anual	CM-MoV
Qualidade da água superficial para usos múltiplos	Nenhuma estação (em 6) classificada pelo menos na classe B (2012)	Todas as estações de monitorização classificadas pelo menos na classe B durante 3 anos consecutivos	Anual	CCDR-C
Cobertura do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	62% dos alojamentos 65% de adesão ao serviço (2012)	100% da população residente	Anual	CM-MoV ERSAR

Indicadores	Valor de referência (ano de referência)	Meta	Periodicidade	Fontes de informação
Nível de tratamento dos efluentes agropecuários	72% dos titulares faziam valorização agrícola do efluente pecuário (2012)	100% dos efluentes enviados a tratamento ou valorizados adequadamente na agricultura	Anual	CM-MoV DRAP-C
FCD5. Fatores de alteração do clima				
Eficiência energética na administração pública	12,7% do consumo energético no concelho (2012)	Diminuir 30% do consumo de energia na administração pública	Anual	CM-MoV
Unidades de produção de energia renovável de pequena escala	169 unidades de microprodução de energia solar. 11 unidades de miniprodução de energia solar (2014)	Aumento de 50% das unidades de mini e microprodução	Anual	Ministério da Economia e Emprego ⁽²⁾
Área afeta a projetos para produção de energia renovável	0 ha	10% da Área de Edificação Dispersa	Bianual ou Quinquenal	CM-MoV EDP
Variação das emissões de CO ₂ por setor de atividade	38,8% (transportes) 19,8% (agricultura) 18,3% (indústria) Variação global de -8% (2009)	Manutenção da tendência de diminuição registada entre 2008 e 2009	Anual	APA
Área florestal com potencial de sequestro de carbono	20.553,09 ha 89,8% do concelho (2007)	O balanço final de carbono deve ser negativo (sequestro superior às emissões)	Quinquenal	CM-MoV ICNF
FCD6. Valores culturais				
Espaços de recreio e lazer	5 equipamentos culturais e de recreio ao ar livre (2012)	Nas áreas de maior interesse paisagístico, criar espaços de recreio e lazer acessíveis à população, devidamente equipados para o efeito	Bianual	CM-MoV
Áreas de interesse paisagístico salvaguardas e valorizadas	Sem dados (2014)	Elaboração e concretização dos Planos de Pormenor para as UOPG U3, U4 e U19	Quinquenal	CM-MoV
Áreas e imóveis de interesse patrimonial salvaguardas e valorizadas	2 monumentos nacionais 12 imóveis de interesse público 8 imóveis de interesse municipal 1 imóvel com classificação em estudo 39 sítios arqueológicos (2014)	Concretizar os Planos de Pormenor para a recuperação e valorização do património cultural, nas UOPG U3 e U4	Quinquenal	CM-MoV DGPC

Legenda: (1) Pb (pinheiro-bravo); Ec (eucalipto); Carv (carvalho); Pm (pinheiro-manso); Fol (outras folhosas); Res (outras resinosas). (2) Ministério da Economia e Emprego - “Renováveis na hora”

Como consta da tabela, quanto aos meios de avaliação a DA prevê uma abordagem de natureza quantitativa aplicada ao painel de indicadores, num total de **36**, sobre o qual foram definidos valores base de avaliação e respetivos mecanismos de monitorização, nomeadamente metas.

O desempenho dos indicadores por sua vez é qualificando mediante a seguinte escala:

- **Crescente/Positivo** – o valor aproxima-se da meta;
- **Manutenção/Nulo** – existe nenhum ou algum progresso, mas insuficiente para atingir meta;
- **Decrescente/Negativo** – o valor distancia-se da meta;
- **Indeterminado** – sem dados/informação (s.i.);

As fontes são as mais diversas, desde da informação interna do Município de Montemor-o-Velho, ao recurso dados e relatórios disponibilizados por outras entidades com destaque para o Instituto Nacional de Estatística (INE), Direção-Geral do Território (por via da Carta de Ocupação de Solo de 2018), o Turismo de Portugal, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), entre outras.

Segundo o “*Guia de melhores praticas para AAE*”, para além da verificação dos indicadores de monitorização, o relatório de avaliação e controlo deve proceder à atualização do quadro de referência da estratégico (QRE) que serviu como base para a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de 2015, que se passa expor de modo sumario.

Tabela 3 - Evolução no Quadro de Referência Estratégico (QRE)

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE) – 2015	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE) – 2022
NÍVEL NACIONAL:	NÍVEL NACIONAL:
1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2007-2025 (PNPOT) - Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro	1. Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
2. Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020) - Versão oficial de julho de 2014	2. Acordo de Parceria 2022-2030 (Portugal 2030)
3. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto	3. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) - RCM n.º 109/2007, de 20 de agosto (aprovado com o até 2015 mas sem documento subsequente)
4. Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) - Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho	4. Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) - RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho
5. Plano Nacional da Água (PNA) - Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril	5. Plano Nacional Água (PNA) - Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
6. Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020 (PNUEA) - Versão provisória para consulta pública	6. Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020 (PNUEA) - Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 113/2005, de 30 de junho
7. Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)- Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004, 31 de julho	7. Programa de Ação para as Alterações Climáticas 2020-2030 - RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto

8. Nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais 2014-2020 (PENSAAR 2020) - Versão preliminar para divulgação pública	8. Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais – 2020 - Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril.
9. Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) - Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro	9. Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) - Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro
10. Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril	10. Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril
11. Plano Estratégico Nacional para o Turismo 2013-2015 (PENT) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril	11. Estratégia Turismo 2027 (ET2027) - Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017 de 27 de setembro
12. Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro	12. Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro
13. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 (PDR 2020) - Versão submetida à Comissão Europeia em 5 maio 2014, sujeita a aprovação	13. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 (PDR 2020) - Versão submetida à Comissão Europeia em 5 maio 2014, sujeita a aprovação
14. Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) – RCM n.º 56/2015	14. Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) - RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto
NÍVEL REGIONAL E MUNICIPAL:	NÍVEL REGIONAL E MUNICIPAL:
1. Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-C) - (Em fase de aprovação)	1. Programa Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-C) - início do procedimento de elaboração por RCM n.º 117/2021
2. Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis integrados na Região Hidrográfica 4, 2012-2015 (PGBH-RH4) Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-B/2013, de 22 de março	2. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis, 2016-2021 (PGRH-RH4) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro
3. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL) - Decreto Regulamentar n.º 11/2006, de 21 de julho	3. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL) - Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro
4. Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila (PORNPA) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004, de 19 de junho	4. Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila (PORNPA) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004, de 19 de junho
5. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)	5. Em atualização
6. Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Montemor-o-Velho (PME)	7. Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Montemor-o-Velho (PME)

Segundo os documentos orientadores citados, cumpre ter em consideração o Programa de Execução e de Financiamento do PDM aprovado em 2015 e verificar o seu nível de execução.

O conjunto de ações/intervenções/projetos estabelecidas detinham um caráter programático e estratégico organizado nos seguintes domínios:

- a) **Requalificação Urbana**
- b) **Acessibilidades, Transportes e Infraestruturas**
- c) **Habitação e Equipamentos Coletivos**
- d) **Unidades Operativas de Planeamento e Gestão**

A tabela seguinte reflete e sintetiza o nível de realização das ações preconizadas.

Tabela 4 - Ponto de situação dos projetos/intervenções do Programa de Execução da 1.ª Revisão do PDM de Montemor-o-Velho ²

PROJETOS/ INTERVENÇÕES	PONTO DE SITUAÇÃO
Requalificação Urbana	
Requalificação do núcleo antigo de Montemor-o-Velho	Em implementação/ parcialmente executado
Requalificação do núcleo antigo de Pereira	Em implementação/ parcialmente executado
Requalificação do núcleo antigo de Tentúgal	Em implementação/ parcialmente executado
Requalificação do núcleo antigo de Santo Varão	Em implementação/ parcialmente executado
Requalificação do núcleo antigo de Verride	Em implementação/ parcialmente executado
Requalificação do núcleo antigo de Formoselha	Em implementação/ parcialmente executado
Acessibilidades, Transportes e Infraestruturas	
Implementação de mecanismos de tratamento de águas para abastecimento público mais eficientes e adequados às características da água captada	Em implementação/ parcialmente executado
Implementação de sistemas autónomos de drenagem e tratamento de águas residuais nos aglomerados ainda por servir	Em implementação/ parcialmente executado
Substituição de fossas sépticas individuais e coletivas por ETAR de pequenas dimensões (tipo compacta)	Não executado
Implementação (progressiva) de rede de águas pluviais	Em implementação/ parcialmente executado
Criação de uma Unidade de valorização de resíduos/Parque de resíduos	Não executado
Introdução de medidas de acalmia de tráfego nos aglomerados atravessados por vias de maior intensidade de tráfego (EN111, EN335, EN335-1 e EN341)	Em implementação/ parcialmente executado
Requalificação da EM347 entre o cruzamento de Quinhendros e a bifurcação de Santana	Em implementação/ parcialmente executado
A requalificação da EN341 desclassificada, entre o km 17,00 e o km 25,740	Executado
Requalificação/ retificação do Pontão de Lavariz	Em implementação/ parcialmente executado
Requalificação da EN111 desclassificada (rotunda ao km 23,00 e km 25,755)	Não executado
Requalificação do CM1080 Gatões – Santana	Executado
Variante às EN347/EN341	Não executado

² Fonte: Quadro 1: Programa de Execução in Programa de Execução e Financiamento – Volume II – janeiro de 2015

PROJETOS/ INTERVENÇÕES		PONTO DE SITUAÇÃO
Variante a Montemor-o-Velho		Não executado
Variante a Arazede		Executado
Variante do CAR		Não executado
Variante a Carapinheira		Não executado
Variantes a Tentúgal (poente e nascente)		Não executado
Ligação ao IC1/A17, a norte		Não executado
Variante Verride/Abrunheira		Não executado
Ligação EM604 (Montes da Formoselha) à variante à EN341		Não executado
Criação de uma interface de transportes públicos (de pequena dimensão) na vila de Montemor-o-Velho		Não executado
Implementação de soluções de transporte público de passageiros de baixa capacidade alternativas ao transporte convencional		Executado
Habitação e Equipamentos Coletivos		
Resolução das carências habitacionais existentes (incremento de oferta da habitação a custos controlados e/ou; reabilitação e ocupação do parque habitacional construído)		Em implementação/ parcialmente executado
Implementação das propostas preconizadas na Carta Educativa, mediante reavaliação das necessidades		Em implementação/ parcialmente executado
Dotação da valência creche em Verride		Não executado
Criação de 2 lares de 3ª idade		Em implementação/ parcialmente executado
Implementação de 2 unidades de cuidados continuados (uma na freguesia de Pereira)		Em implementação/ parcialmente executado
Construção de um Centro de Dia no Centro Social e Cultural de Faíscas		Em implementação/ parcialmente executado
Ampliação e remodelação do Centro de Dia da Carapinheira		Em implementação/ parcialmente executado
Construção de um lar e ampliação/ remodelação do Centro de Dia da Carapinheira		Em implementação/ parcialmente executado
Aumento da dotação de unidades de apoio domiciliário		Em implementação/ parcialmente executado
Implementação das propostas preconizadas na Carta das Instalações Desportivas Artificiais		Em implementação/ parcialmente executado
Implementação do projeto “Ruas da Cultura”		Não executado
Implementação de ações/projetos associados à estratégia de desenvolvimento turístico municipal		Em implementação/ parcialmente executado
Planeamento e Gestão		
Urbanização dos espaços residenciais	Portela	Em implementação/ parcialmente executado
	Gatões	Em implementação/ parcialmente executado
	Casal Novo	Em implementação/ parcialmente executado
	Valcanosa	Em implementação/ parcialmente executado
	Quintas/Casal do Simão	Em implementação/ parcialmente executado
	Palheiras	Em implementação/ parcialmente executado
	Carapinheira	Em implementação/ parcialmente executado
	Tentúgal	Em implementação/ parcialmente executado
	Quinhendros	Em implementação/ parcialmente executado
	Montemor-o-Velho	Em implementação/ parcialmente executado
	Santo Varão	Em implementação/ parcialmente executado

PROJETOS/ INTERVENÇÕES		PONTO DE SITUAÇÃO
	Ereira	Em implementação/ parcialmente executado
	Abrunheira	Em implementação/ parcialmente executado
	Verride	Em implementação/ parcialmente executado
	Vila Nova da Barca	Em implementação/ parcialmente executado
UOPG	UOPG U1 – Zona Norte de Montemor-o-Velho	Não executado
	UOPG U2 - Casal Novo do Rio - expansão	Não executado
	UOPG U3 - Paço do Duque - Tentúgal	Não executado
	UOPG U4 – Quinta da Almiara	Não executado
	UOPG U5 - Parque Geológico	Não executado
	UOPG U6 - Parque de Negócios de Montemor - expansão	Não executado
	UOPG U7 - Zona Industrial de Tentúgal	Não executado
	UOPG U8 - Zona Industrial de Santo Varão – expansão I	Não executado
	UOPG U9 - Zona Industrial de Santo Varão – expansão II	Não executado
	UOPG U10 - Zona Industrial Sul	Não executado
	UOPG U11 – Parque Pecuário	Não executado
	UOPG U12 – Parque Agrícola I	Em implementação/ parcialmente executado
	UOPG U13 – Parque Agrícola II	Não executado
	UOPG U14 – Parque Agrícola III	Não executado
	UOPG U15 – Parque Agrícola IV	Não executado
	UOPG U16 – Quinta do Brulho	Não executado

a) Requalificação Urbana:

No âmbito da requalificação urbana dos núcleos mais antigos do município verifica-se que os espaços públicos têm sido alvo de obras tendo em vista a melhoria das suas condições de segurança, salubridade e mobilidade pedonal.

Ao nível do património edificado destaca-se as intervenções na sede concelho, tais como a execução das obras de conservação e restauro do Convento dos Anjos, a reabilitação do edifício da antiga sede da GNR e a sua reconversão num espaço de acolhimento para atividades criativas, a reabilitação de imóveis na área envolvente ao Castelo para habitações temporárias de resposta a situações sociais de risco e ainda a requalificação e restauro a envolvente do sul do Castelo.

Já ao nível da reabilitação do edificado por iniciativa particular, os benefícios e incentivos fiscais disponibilizados por via da delimitação de duas Áreas de Reabilitação Urbana, tem, ainda que lentamente, aumentado o interesse dos investimento privado no património edificado existente.

b) Acessibilidades, Transportes e Infraestruturas

O município tem ativamente promovido e investido na manutenção e melhoria das infraestruturas viárias existentes e no prolongamento das infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de modo a alcançar a totalidade dos aglomerados rurais e urbanos.

De modo cirúrgico têm ocorrido intervenções no espaço público e em locais de conflito entre os diferentes tipos de circulação com o fim aumentar a segurança de circulação e facilitar os diferentes tipos de mobilidade.

Está previsto ainda um investimento e reforço na mobilidade suave através da execução de ciclovias, a Ecopista a implementar no antigo ramal da Figueira da Foz, abrangendo os concelhos da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Cantanhede e Mealhada, e a Ciclovia do Mondego, a ligar os municípios da Figueira da Foz, de Montemor-o-Velho e de Coimbra.

c) Habitação e Equipamentos Coletivos

Como já foi referido, ao abrigo do programa Portugal 2020 foram reabilitadas algumas habitações no núcleo antigo de Montemor-o-Velho com o objetivo de servirem como uma resposta social às necessidades do município.

Mais recentemente foi aprovado a Estratégia Local de Habitação (ELH) com a perspetiva de beneficiar um total de 434 munícipes através da reabilitação de 189 imóveis no concelho.

d) Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Até à presente data nenhuma das UOPG previstas no PDM forma concretizadas, o que leva a ponderar os termos de referência, os modelos de execução e até a sua pertinência para visão estratégica do município.

3. ANÁLISE E RESULTADOS

3.1. Valores Naturais

FCD1: Valores Naturais											
INDICADORES	VALOR DE REFERÊNCIA (ANO DE REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	METAS/VALORES DE REFERÊNCIA ANUAIS	DESEMPENHO	TENDÊNCIA EVOLUÇÃO DO PDM	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1.1	Habitats e espécies alvo de orientações de gestão	126,2 ha 0,55% do concelho (2006)	hectares %	Manutenção da área afeta aos habitats e espécies	Nulo	↔	ZPE do Paul do Taipal (PTZPE00404) com 233ha (1% do concelho) e Sítio do Paul de Arzila com 284,35 hectares (1% do concelho) num total de 517,35				
1.2	Usos naturais ou seminaturais num raio de 100 m na envolvente à AC	97,8 ha 52 ha no Paul de Arzila 45,5 ha no Paul do Taipal (2007)	hectares	Manutenção da artificialização da envolvente às Áreas Classificadas	Nulo	↔	102,07 hect 59,96 ha no Paul de Arzila e 42,11 ha no Paul do Taipal (2018)				
1.3	Áreas integradas em corredores ecológicos de acordo com os critérios da ERPVA	16.931 ha 74% da área do concelho (2014)	hectares %	Manutenção dos espaços naturais e seminaturais	Negativo	↓	15.095,64 hect 66% da área do concelho (2018)				
1.4	Área de corredores ecológicos artificializada	1.229 ha (2007)	hectares	Variação nula da área edificada no corredor do Mondego e na Estrutura Ecológica Municipal	Indeterminado	s.i	-	-	-	-	-

Desempenho: **Crescente/Positivo** – o valor aproxima-se da meta; **Manutenção/Nulo** – existe nenhum ou algum progresso, mas insuficiente para atingir meta; **Decrescente/Negativo** – o valor distancia-se da meta; **Indeterminado** – sem dados/informação (s.i.)

1.1

No concelho de Montemor-o-Velho existem duas áreas classificadas (AC), o Paul do Taipal, com o Código PTZPE0040, e o Paul de Arzila, com o Código de PTZPE0005, ambas classificadas pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro.

O Paul de Arzila foi ainda classificado como Sítio pela Resolução do Concelho de Ministros n.º142/97, de 28 de agosto e posteriormente como Zona Especial de Conservação (ZEC) pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2020 de 16 de março.

Para efeitos de quantificação das áreas afetas a habitats e espécies teve-se em consideração o conteúdo do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros (RCM) n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

Segundo o diploma, a Zona de Proteção Especial (ZPE) do Taipal detém a área **233 hectares**, que corresponde a 1% do território do município, e o Sítio do Paul de Arzila detém a área total de 482,03 hectares, sendo que **284,35 hectares** estão localizados no concelho de Montemor-o-Velho, representando, também, aproximadamente 1% da área do concelho.

1.2

A avaliação da evolução da artificialização do território na envolvente às áreas classificadas teve em consideração os limites da ZPE do Paul de Taipal e da ZPE do Paul de Arzila em comparação com os Territórios Artificializados identificados na Carta de Uso e Ocupação de Solo (COS) de 2018, verificando-se uma variação não significativa.

1.3

De acordo com o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF – CL) aprovado pela Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, a área classificada como Corredor Ecológico (CE) nos limites do concelho de Montemor-o-Velho é de 7369,79 hectares.

A aferição da manutenção dos espaços naturais e seminaturais processou-se através da sobreposição do Espaços da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), composta pela Estrutura Ecológica Municipal, Corredores Ecológicos e ZPE do Paul do Taipal e do Paul de Arzila, a que se subtraiu os Territórios Artificializados da COS 2018.

3.2. Qualidade de vida e proteção da população

FCD2: Qualidade de vida e proteção da população												
INDICADORES	VALOR DE REFERÊNCIA (ANO DE REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	METAS/VALORES DE REFERÊNCIA ANUAIS	DESEMPENHO	TENDÊNCIA EVOLUÇÃO DO PDM	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
2.1	Estabelecimentos industriais e de logística	169 empresas industriais (EI) 58 empresas de transportes e armazenagem (ETA) (2011)	n.º	Duplicar o n.º de empresas localizadas em Espaços de Atividades Económicas	Negativo	↓	138 EI 47 ETA	133 EI 45 ETA	133 EI 49 ETA	140 EI 48 ETA	136 EI ³ 46 ETA	-
2.2	Unidades de alojamento turístico	30 camas (2009)	n.º	Triplicar a oferta de alojamento turístico do concelho	Positivo	↑	170 camas em Empreendimentos Turísticos e 99 camas em Alojamentos Locais, num total de 269 camas ⁴ (2021)					
2.3	Capitação de equipamentos de apoio à terceira idade	15,4% de taxa de cobertura atual (2011)	%	Atingir a taxa de cobertura de 20% em 2018	Nulo	↔	-	-	-	-	17% ⁵	-
2.4	População localizada num raio de 5 km de equipamentos públicos	Sem dados rigorosos	%	100% da população residente em Solo Urbano num raio de 5 km de equipamentos públicos fundamentais	Indeterminado	s.i	-	-	-	-	-	-

³ Fonte: INE

⁴ Fonte: Turismo de Portugal: <https://sigtur.turismodeportugal.pt/>

⁵ Fonte: Carta Social 2020 (GEP MTSS) e INE

FCD2: Qualidade de vida e proteção da população												
INDICADORES	VALOR DE REFERÊNCIA (ANO DE REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	METAS/VALORES DE REFERÊNCIA ANUAIS	DESEMPENHO	TENDÊNCIA EVOLUÇÃO DO PDM	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
2.5	Explorações pecuárias licenciadas em Solo Urbano	593 explorações (2012)	%	Diminuir para menos de 50% as explorações pecuárias a menos de 200 m de Solo Urbano	Indeterminado	s.i	472 explorações pecuárias especializadas e 413 explorações mistas, num total de 885 ⁶ (2019)					
2.6	Área edificada e/ou impermeabilizada em zonas de risco de cheias e inundações	141,5 ha (2007)	hectares	Varição nula das áreas com novas edificações	Positivo	↑	-	-	116,149ha ⁷	-	-	-
2.7	Área edificada em zonas de elevada a muito elevada perigosidade de incêndio florestal	6,4 ha (2015)	hectares	Varição nula das áreas com novas edificações	Negativo	↓	-	-	32 ha ⁸	-	-	-
2.8	Ocorrência de incêndios florestais e área ardida	14 ocorrências (O) 173,4 ha de área ardida (2005 a 2013)	hectares	Diminuição de ocorrências e de áreas ardida, sem afetação de pessoas e bens	Nulo	↔	34 O 54,44 ha	54 O 197,23 ha	14 O 1,09 ha	25 O 3,28 ha	12 O ⁹ 8,47 ha	-

Desempenho: **Crescente/Positivo** – o valor aproxima-se da meta; **Manutenção/Nulo** – existe nenhum ou algum progresso, mas insuficiente para atingir meta; **Decrescente/Negativo** – o valor distancia-se da meta; **Indeterminado** – sem dados/informação (s.i.)

⁶ Fonte: Recenseamento Agrícola – 2019, INE

⁷ Fonte: COS2018

⁸ Fonte: COS 2018

⁹ Fonte: ICNF in "Registos Incêndios SGIF 2011-2020"

2.1

O concelho de Montemor-o-Velho detém atualmente duas áreas principais de acolhimento empresarial, o Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, com 97.882 m² de área e 34 lotes, e o Parque Logístico e Industrial de Arazede, integrado num Plano de Pormenor com uma área de intervenção de 206.854,11m² com a possibilidade de 101 lotes, encontrando-se executada 109.968,70m² de área com 34 lotes.

Tanto o Parque de Negócios de Montemor-o-Velho como a área loteada do Plano de Pormenor do Parque Logístico e Industrial de Arazede (PP-PLIA), encontram-se à data no limite da sua ocupação, ocupados com empresas transformadoras, de armazenamento, comércio e serviços.

A quantificação das empresas industriais e de transportes e armazenagem teve como base os dados disponíveis no INE e referem-se à totalidade do Concelho não apenas os Espaços de Atividades Económicas, e apesar da ausência de números mais precisos, os números apurados não representam o dobro do valor de referência definido.

2.2

No que se refere à oferta de alojamento turístico do concelho, de acordo com os dados disponíveis pelo Turismo de Portugal a oferta evolui de forma positiva de quase inexistente para um número elevado de camas disponíveis em tipologias diversificadas.

2.3

De acordo com os dados constantes na “*Carta Social Dinâmica do Município de Montemor o Velho: uma estratégia de intervenção Planeada*”, de 2011, e a caracterização no “*Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social – Mecanismos de Ação Social de Combate à Pobreza e à Exclusão Social*”, elaborado em 2019, o número de equipamentos de sociais cuja população alvo são as pessoas idosas manteve-se sem qualquer alteração, num total de 17.

Com base na Carta Social de 2020 da GEP-MTSS¹⁰ e os dados disponibilizados a capacidade total dos equipamentos sociais existentes (ERPI, Centro de Dia e SAD) de é 1095 lugares existentes. De acordo com os dados provisórios dos Censos de 2021 a população total residente com idade igual ou superior a 65 anos é de 6400, pelo que a taxa de cobertura aproximada é de 17%. Pese embora não tenha sido atingido a taxa de cobertura¹¹ pretendida de 20%, atendendo que houve um aumento da população efetiva no

¹⁰ GEP-MTSS: Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

¹¹ Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise: (capacidade total das respostas (ERPI + Centro de Dia + SAD)/ população >= 65 anos) × 100 de acordo com o GET-MTSS, Carta Social de 2020)

grupo etário mais envelhecido desde dos censos de 2011, considera-se que existe uma tendência positiva para resposta às necessidades do município, ainda que sem alcançar o valor de referência.

2.5

Segundo o Recenseamento Agrícola de 2019, realizado pelo INE, à data existiam 472 explorações pecuárias especializadas e 413 explorações mistas, num total de 885. Na medida que não dispomos da localização das explorações, não é possível aferir se ocorreu uma diminuição das explorações existentes até um raio de 200m do perímetro urbano.

2.6

De acordo com o estabelecido no Regulamento do PDM em vigor após a 1.ª Revisão, com exceção de reconstruções, a construção nova em sequência da demolição da edificação existente ou muros de contenção, a execução de área edificada ou impermeabilizada em zonas inundáveis em solo urbano sujeita a controlo prévio tornou-se praticamente inexequível.

2.7

Pese embora os dados constantes na COS2018, e sem informação mais rigorosa, realça-se que as normas mais limitadas aplicáveis à construção e ocupação do território em áreas de áreas classificadas de perigosidade de incêndio alta ou muito alta, previstas no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho (diploma em vigor até ao fim de 2021), implicou uma diminuição da edificação sujeita a licenciamento ou comunicação prévia.

2.8

Com exceção do ano de 2017, anormalmente penoso pelo número de incêndios rurais e pelas conseqüentes extensões de áreas ardidas e danos para pessoas e bens, tanto ao nível nacional como do concelho, tem ocorrido uma manutenção e ligeira diminuição das ocorrências.

3.3. Estrutura de Usos

FCD3: Estrutura de Usos											
INDICADORES	VALOR DE REFERÊNCIA (ANO DE REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	METAS/VALORES DE REFERÊNCIA ANUAIS	DESEMPENHO	TENDÊNCIA EVOLUÇÃO DO PDM	2016	2017	2018	2019	2020	2021
3.1	Densidade habitacional nos perímetros urbanos de nível I e II	Média de 6,9 fogos/há (2011)	Hectares	25 fogos/ha	Indeterminado	s.i	-	-	-	-	-
3.2	Espaços urbanos reabilitados	Sem dados	%	Reabilitação de 100% das áreas degradadas	Indeterminado	s.i	-	-	-	-	-
3.3	Área de elevado potencial de uso agrícola com utilização agrícola	8.022,8 ha 35% do concelho (2007)	Hectares %	100%, excluindo as áreas de apoio à atividade agrícola	Indeterminado	s.i	10.885,34 hectares e 47,54% do concelho (2018) ¹²				
3.4	Diversidade dos povoamentos florestais	Pb (4.403 ha); Ec (2.842 ha); Carv (25 ha); Pm (75 ha); Fol (218 ha); Res (25 ha) (1) (2006)		Aumento da presença de espécies autóctones em detrimento da floresta de produção	Negativo	↓	Pb (3107ha); Ec (4.769ha); Carv (152,34 ha); Pm (173 ha); Fol (709 ha); Res (35 ha) (2018)				
3.5	Variação da área de floresta de produção/ floresta de proteção	Floresta de produção: 7.345 ha; 96,8% da área florestal Floresta de proteção: 243 ha; 3,2% da área florestal (2006)			Negativo	↓	Floresta de produção: 8962,88 ha; 88% da área florestal Floresta de proteção: 1086,34 ha; 12% da área florestal (2018) ¹³				

¹² Fonte: COS2018

¹³ Fonte: COS2018

FCD3: Estrutura de Usos

INDICADORES	VALOR DE REFERÊNCIA (ANO DE REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	METAS/VALORES DE REFERÊNCIA ANUAIS	DESEMPENHO	TENDÊNCIA EVOLUÇÃO DO PDM	2016	2017	2018	2019	2020	2021
3.6 Áreas florestais integradas em ZIF	324 ha 51% da área de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) (2007)	Hectares %	Criação de novas ZIF e aumento em 25% da área florestal integrada em ZIF	Positivo	↑	629,37 (2010)	-	-	-	-	-
3.7 População residente em áreas com acesso a TC	958 pessoas usam transportes coletivos (2011)	%	100% da população residente	Indeterminado	s.i	-	-	-	-	-	-
3.8 Pistas cicláveis	0 km (2014)	km	Execução da "Ciclovia do Mondego" no concelho	Positivo	↑	0	0	0	0	0	3,45 km

Pb (pinheiro-bravo); Ec (eucalipto); Carv (carvalho); Pm (pinheiro -manso); Fol (outras folhosas); Res (outras resinosas)

Desempenho: **Crescente/Positivo** – o valor aproxima-se da meta; **Manutenção/Nulo** – existe nenhum ou algum progresso, mas insuficiente para atingir meta; **Decrescente/Negativo** – o valor distancia-se da meta; **Indeterminado** – sem dados/informação (s.i.)

3.4 e 3.5

De acordo com a COS2018 verifica-se que a área do concelho classificada como Floresta de Produção (floresta de eucalipto e de pinheiro bravo) representa aproximadamente 88% da área do concelho na categoria de Floresta, num total de 7.879,54 hectares. Sem dados mais concretos considera-se os restantes 1086,34 hectares (12%) como Floresta de Proteção.

Pese embora ocorra um aumento da Área florestal total (8962,88 hectares) esse incremento verifica-se sobretudo ao nível da floresta de produção, com a duplicação da área afeta à exploração de Eucalipto (Ec).

3.6

Destaque-a a criação do ZIF do Mondego, por Despacho n.º 3306/2010 de 23 de fevereiro, constituída por vários prédios rústicos num total de 2.505,10 hectares de área, abrangendo os municípios da Figueira da Foz e de Montemor-o-Velho, com 629, 37 hectares localizados no concelho de Montemor-o-Velho.

3.8

A promoção da mobilidade suave como parte da estratégia do concelho reflete-se na execução uma rede de ciclovias, através da futura implementação da “*Ciclovía do Mondego*”, já referida, que se desenvolve nos concelhos da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Coimbra, e na reconversão do antigo ramal ferroviário da Figueira da Foz na Ecopista, ligando os municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Cantanhede e Mealhada à Rota Eurovelo – Rota da Costa do Atlântico na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Os projetos encontram-se fase de implementação, sendo que os troços de ciclovía já executados estão integrados nas obras públicas finalizadas no último ano (obras de urbanização da ampliação do PP-PLIA e Centro de Alto Rendimento (CAR)).

3.4. Água

FCD4: ÁGUA

INDICADORES	VALOR DE REFERÊNCIA (ANO DE REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	METAS/VALORES DE REFERÊNCIA ANUAIS	DESEMPENHO	TENDÊNCIA EVOLUÇÃO DO PDM	2016	2017	2018	2019	2020	2021
4.1	Área impermeabilizada em zona de recarga de aquíferos	182,5 ha 1,9% da área de recarga (2007)	Hectares %	Varição nula da área impermeabilizada em área de recarga face à situação atual	Negativo	↓	229,32 ha - 2,3% da área de recarga de aquíferos (2018) ¹⁴				
4.2	Área impermeabilizada na zona afeta às captações e envolvente imediata	33,8 ha 14,1% da área de proteção (2007)	Hectares %	Sem aumento da artificialização	Positivo	↑	29,469 ha - 12% da área de proteção das captações (2018) ¹⁵				
4.3	Qualidade da água subterrânea	6 estações (em 8) classificadas pelo menos na classe A2 em dois anos consecutivos (2011/2012)		Todas as estações de monitorização classificadas pelo menos na classe A2 durante 3 anos consecutivos	Negativo	↓	Quadro A ¹⁶				
4.4	Área de domínio hídrico impermeabilizada	6,5 ha 0,8% da área do Domínio Hídrico (2007)	Hectares %	Varição nula face à situação atual	Nulo	↔	7 ha 0,8% da área do Domínio Hídrico (2018) ¹⁷				

¹⁴ Fonte: COS 2018

¹⁵ Fonte: COS 2018

¹⁶ Fonte: in <https://snirh.apambiente.pt/>

¹⁷ Fonte: COS 2018

FCD4: ÁGUA

INDICADORES	VALOR DE REFERÊNCIA (ANO DE REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	METAS/VALORES DE REFERÊNCIA ANUAIS	DESEMPENHO	TENDÊNCIA EVOLUÇÃO DO PDM	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
4.5	Linhas de água requalificadas	0 km (2014)	%	Aumento de 20%	Indeterminado	s.i	-	-	-	-	-	-
4.6	Qualidade da água superficial para usos múltiplos	Nenhuma estação (em 6) classificada pelo menos na classe B (2012)		Todas as estações de monitorização classificadas pelo menos na classe B durante 3 anos consecutivos	Indeterminado	s.i	-	-	-	-	-	-
4.7	Cobertura do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	62% dos alojamentos 65% de adesão ao serviço (2012)	%	100% da população residente	Positivo	↑	78%	-	77%	81%	-	-
4.8	Nível de tratamento dos efluentes agropecuários	72% dos titulares faziam valorização agrícola do efluente pecuário (2012)	%	100% dos efluentes enviados a tratamento ou valorizados adequadamente na agricultura	Indeterminado	s.i	-	-	-	-	-	-

Desempenho: **Crescente/Positivo** – o valor aproxima-se da meta; **Manutenção/Nulo** – existe nenhum ou algum progresso, mas insuficiente para atingir meta; **Decrescente/Negativo** – o valor distancia-se da meta; **Indeterminado** – sem dados/informação (s.i.)

4.1

Para efeitos de cálculo sobrepôs-se os territórios artificializados identificados na COS2018 (total ou parcialmente impermeabilizados) com as zonas de recarga de aquíferos da REN em vigor (considerando as categorias das áreas de máxima infiltração e das cabeceiras das linhas), de acordo com a correspondência definida no Anexo IX do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto. Verificou-se que da área total de recarga de aquíferos, 9.811,29 hectares, 229,32 hectares são áreas identificadas como territórios artificializados, área total ou parcialmente impermeabilizada, representando 2,3 % da categoria de REN.

4.2

Considerando as zonas proteção das captações de água para consumo humano com perímetros delimitados e publicados em Diário da República, conclui-se que existe uma ligeira diminuição do território artificializado, com 29,5 hectares num total de 240,06 hectares, a que corresponde 12% do território com restrições de ocupação.

4.4

A área total de domínio hídrico do concelho corresponde a 863,66 hectares, considerando as seguintes categorias da REN do concelho de Montemor-o-Velho: Leitões e cursos de água, o Paul de Arzila, faixa de proteção do Paul de Arzila, o Estuário do Mondego e a respetiva faixa de proteção. Sobreposta com a área artificializada da COS2018 verifica-se que a área impermeabilizada em domínio hídrico é de 7 hectares, que corresponde a 0,8% do território de domínio hídrico, variação reduzida face ao valor de referência para ter um impacte significativo.

4.3 e 4.6

Em relação à qualidade da água subterrânea verifica-se que a meta de todas estações de monitorização classificadas pelo menos na classe A2 durante 3 anos consecutivos não foi alcançada, conforme é patente no seguinte quadro:

Quadro A¹⁸

Massas de Água (MA) subterrâneas							
Estação	Sistema Aquífero	Classificação segundo o Anexo I do DL 236/98, de 1 de agosto (por ano)					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
229/280	03 - Viso queridas	-	-	A3	A3	A3	A3
229/281	03 - Viso queridas	-	-	A3	A2	A2	A3
239/62	08 - Verride	-	-	A2	A2	A2	A2
240/28	06 – Aluviões do Mondego	-	A2	A2	A2	A3	A2
240/49	06 – Aluviões do Mondego	A2	>A3	>A3	A3	>A3	>A3
240/58	031 – Condeixa - Alfarelos	-	-	A2	A2	A2	A2
229/282	05 - Tentúgal	-	-	A3	A3	A2	A2

Na ausência de informação sobre a classificação da qualidade das estações de monitorização da qualidade de água superficial para usos múltiplos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 236/1998, de 1 de agosto para o período em causa, considera-se a documentação referente ao 2.º ciclo de planeamento (2016-2021) do Plano de Gestão de Região Hidrográfica – Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (PGRH – RH4)¹⁹

Segundo os anexos I da Caracterização e Diagnóstico (Parte 2) as Massas de Água Superficiais abrangidas pelos limites do concelho detêm na sua maioria um estado Bom ou Razoável, com a exceção de uma avaliação de Medíocre e outra de Superior. De acordo com o mesmo documento as massas de Água Subterrâneas dividem-se em avaliação de Bom e Medíocre (na qualidade ou na quantidade).

¹⁸ Fonte: <https://snirh.apambiente.pt/>

¹⁹ Fonte: APA <https://apambiente.pt/agua/2o-ciclo-de-planeamento-2016-2021>

3.5. Fatores de alteração do clima

FCD5: Fatores de Alteração do Clima												
INDICADORES	VALOR DE REFERÊNCIA (ANO DE REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	METAS/VALORES DE REFERÊNCIA ANUAIS	DESEMPENHO	TENDÊNCIA EVOLUÇÃO DO PDM	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
5.1	Eficiência energética na administração pública	12,7% do consumo energético no concelho (2012)	%	Diminuir 30% do consumo de energia na administração pública	Positivo	↑	8,5% (2015) ²⁰	-	-	-	-	-
5.2	Unidades de produção de energia renovável de pequena escala	169 unidades de microprodução de energia solar. 11 unidades de miniprodução de energia solar (2014)		Aumento de 50% das unidades de mini e microprodução	Indeterminado	s.i.	-	-	-	-	-	-
5.3	Área afeta a projetos para produção de energia renovável	0 ha	Hectares	10% da Área de Edificação Dispersa	Positivo	↑	10 ha	-	-	-	-	-
5.4	Varição das emissões de CO2 por setor de atividade	38,8% (transportes) 19,8% (agricultura) 18,3% (indústria) Variação global de -8% (2009)	%	Manutenção da tendência de diminuição registada entre 2008 e 2009	Negativo	↓	-	55,5% (transportes) e 20,4% (indústria) ²¹	-	57,9% (transportes) e 24,3% (indústria)	-	-

²⁰ Fonte: INE

²¹ Fonte: APA in <https://apambiente.pt/clima/distribuicao-espacial-de-emissoes-nacionais-2015-2017-e-2019>

FCD5: Fatores de Alteração do Clima											
INDICADORES	VALOR DE REFERÊNCIA (ANO DE REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	METAS/VALORES DE REFERÊNCIA ANUAIS	DESEMPENHO	TENDÊNCIA EVOLUÇÃO DO PDM	2016	2017	2018	2019	2020	2021
5.5	Área florestal com potencial de sequestro de carbono	20.553,09 ha 89,8% do concelho (2007)	Hectares %	O balanço final de carbono deve ser negativo (sequestro superior às emissões)	Indeterminado	s.i	-	-	-	-	-

Desempenho: **Crescente/Positivo** – o valor aproxima-se da meta; **Manutenção/Nulo** – existe nenhum ou algum progresso, mas insuficiente para atingir meta; **Decrescente/Negativo** – o valor distancia-se da meta; **Indeterminado** – sem dados/informação (s.i.)

Nota: (a) este aumento traduzir-se-á numa potência de ligação total de 960 kWh em unidades de microprodução (85 novas unidades) e de 228 kWh em unidades de miniprodução (6 novas unidades); Fonte (SRM: Sistema de registo de microprodução/ Renováveis na hora)

5.3

Até ao final de 2021 apenas estava concluído um projeto de Central Fotovoltaica, localizado na freguesia de Santo Varão. No entanto, encontram-se em apreciação um outro pedido para a mesma freguesia e uma outra instalação em execução na freguesia de Tentúgal.

3.6. Valores culturais

FCD6: valores culturais											
INDICADORES	VALOR DE REFERÊNCIA (ANO DE REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	METAS/VALORES DE REFERÊNCIA ANUAIS	DESEMPENHO	TENDÊNCIA EVOLUÇÃO DO PDM	2016	2017	2018	2019	2020	2021
6.1	Espaços de recreio e lazer	5 equipamentos culturais e de recreio ao ar livre (2012)	-	Nas áreas de maior interesse paisagístico, criar espaços de recreio e lazer acessíveis à população, devidamente equipados para o efeito	Positivo	↑	Equipamentos de Desporto: 1 Centro de alto rendimento (CAR), 14 grandes campos de jogos; 1 piscina coberta; 2 piscinas ao ar livre; Equipamentos de Culturais e Recreativos: 1 biblioteca, 1 galeria de exposições, 1 anfiteatro, 5 centros culturais, 1 teatro, 2 museus e 1 casa museu, 3 auditórios, 1 posto de turismo, 1 arquivo histórico, 1 parque zoológico e 1 centro equestre ²²				
6.2	Áreas de interesse paisagístico salvaguardas e valorizadas	Sem dados (2014)	-	Elaboração e concretização dos Planos de Pormenor para as UOPG U3, U4 e U16	Nulo	↔	-	-	-	-	-
6.3	Áreas e imóveis de interesse patrimonial salvaguardas e valorizadas	2 monumentos nacionais; 12 imóveis de interesse público; 8 imóveis de interesse municipal; 1 imóvel com classificação em estudo; 39 sítios arqueológicos (2014)	-	Concretizar os Planos de Pormenor para a recuperação e valorização do património cultural, nas UOPG U3 e U4	Nulo	↔	2 Monumentos Nacionais, 2 Monumentos de Interesse Público, 9 Imóveis de Interesse Público e 8 Imóveis de Interesse Municipal, num total de 23 imóveis classificados e 39 sítios arqueológicos ²³				

Desempenho: **Crescente/Positivo** – o valor aproxima-se da meta; **Manutenção/Nulo** – existe nenhum ou algum progresso, mas insuficiente para atingir meta; **Decrescente/Negativo** – o valor distancia-se da meta; **Indeterminado** – sem dados/informação (s.i.)

²² Fonte: CM-MV

²³ Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt> e <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt> (2022)

Página em branco

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o “Guia de melhores práticas para AAE” deve ser selecionado um número limitado de indicadores de seguimento para garantir que a monitorização da implementação do plano é exequível e eficaz, propondo a aplicação de 20 indicadores.

A Declaração Ambiental do PDM de Montemor-o-Velho prevê para os **6 Objetivos Estratégicos** um total de **36 indicadores**. Estabelece, ainda, para a maioria dos critérios uma avaliação de 2 em 2 anos ou de 5 em 5 anos, em desacordo com o definido no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, pelo que propõe-se ajustar a periodicidade de verificação para anual.

Atendendo às dificuldades de acesso, agregação e monitorização dados atualizados, com a maioria da informação a estar indisponível todos os anos define-se uma redução dos indicadores, para **27 indicadores**, e atualização e adaptação dos valores de referência e das metas, conforme expresso na seguinte tabela:

Tabela 5 – Proposta de alteração do programa de controlo

Indicadores	Valor de referência (ano de referência)	Meta	Periodicidade	Fontes de informação	Valor de referência	Meta	Periodicid ade	Fonte
FCD 1. Valores naturais								
Habitats e espécies alvo de orientações de gestão	126,2 ha 0,55% do concelho (2006)	Manutenção da área afeta aos habitats e espécies	Bianual	CM-MoV ICNF	517,35 ha 2% do concelho	Manutenção da área afeta aos habitats e espécies	Anual	CM-MoV; DGT
Usos naturais ou seminaturais num raio de 100 m na envolvente à AC	97,8 ha 52 ha no Paul de Arzila 45,5 ha no Paul do Taipal (2007)	Manutenção da artificialização da envolvente às Áreas Classificadas	Bianual I	CM-MoV	102,07 hect 59,96 ha no Paul de Arzila e 42,11 ha no Paul do Taipal (2018)	Manutenção da artificialização da envolvente às Áreas Classificadas	Anual	CM-MoV; DGT
Áreas integradas em corredores ecológicos de acordo com os critérios da ERPVA	16.931 ha 74% da área do concelho (2014)	Manutenção dos espaços naturais e seminaturais	Bianual	CM-MoV CCDR-C	15.095,64 hect 66% da área do concelho (2018)	Manutenção dos espaços naturais e seminaturais	Anual	CM-MoV; DGT
Área de corredores ecológicos artificializada	1.229 ha (2007)	Varição nula da área edificada no corredor do Mondego e na Estrutura Ecológica Municipal	Bianual	CM-MoV	Eliminar			
FCD2. Qualidade de vida e proteção da população								
Estabelecimentos industriais e de logística	169 empresas industriais 58 empresas de transportes e armazenagem (2011)	Duplicar o n.º de empresas localizadas em Espaços de Atividades Económicas	Bianual	CM-MoV	PNMVM – 97 882m2 e 34 lotes; PLIA - 206 854m2 e 101 lotes	Ocupação a 100% dos PN e 50% do PLIA	Anual	CM-MoV
Unidades de alojamento turístico	30 camas (2009)	Triplicar a oferta de alojamento turístico do concelho	Bianual	CM-MoV Turismo de Portugal	269 camas	Duplicar o n.º de camas	Anual	Turismo de Portugal
Capitação de equipamentos de apoio à terceira idade	15,4% de taxa de cobertura atual (2011)	Atingir a taxa de cobertura de 20% em 2018	Bianual ou Quinquenal	CM-MoV	Taxa de cobertura de 17%	Atingir a taxa de cobertura de 20%	Anual	CM-MoV outros

Indicadores	Valor de referência (ano de referência)	Meta	Periodicidade	Fontes de informação	Valor de referência	Meta	Periodicidade	Fonte
População localizada num raio de 5 km de equipamentos públicos	Sem dados rigorosos	100% da população residente em Solo Urbano num raio de 5 km de equipamentos públicos fundamentais	Bianual ou Quinquenal	CM-MoV	Eliminar			
Explorações pecuárias licenciadas em Solo Urbano	593 explorações (2012)	Diminuir para menos de 50% as explorações pecuárias a menos de 200 m de Solo Urbano	Bianual	CM-MoV DRAP-C	Eliminar			
Área edificada e/ou impermeabilizada em zonas de risco de cheias e inundações	141,5 ha (2007)	Variação nula das áreas com novas edificações	Bianual	CM-MoV ANPC	116,149 ha (2018)	Variação nula das áreas com novas edificações	Anual	CM-MoV DGT
Área edificada em zonas de elevada a muito elevada perigosidade de incêndio florestal	6,4 ha (2015)	Variação nula das áreas com novas edificações	Bianual	CM-MoV ANPC	32 ha (2018)	Variação nula das áreas com novas edificações	Anual	CM-MoV DGT
Ocorrência de incêndios florestais e área ardida	14 ocorrências 173,4 ha de área ardida (2005 a 2013)	Diminuição de ocorrências e de áreas ardida, sem afetação de pessoas e bens	Anual	ICNF CM-MoV ANPC	12 ocorrências 8,47 ha de área ardida (2020)	Diminuição de ocorrências e de a área ardida, sem afetação de pessoas e bens	Anual	ICNF ANEPC
FCD3. Estrutura de usos								
Densidade habitacional nos perímetros urbanos de nível I e II	Média de 6,9 fogos/ha (2011)	25 fogos/ha	Bianual ou Quinquenal	CM-MoV	Eliminar			
Espaços urbanos reabilitados	Sem dados	Reabilitação de 100% das áreas degradadas	Quinquenal	CM-MoV	s.i.	Duplicar as áreas reabilitadas	Anual	CM-MoV
Área de elevado potencial de uso agrícola com utilização agrícola	8.022,8 ha 35% do concelho (2007)	100%, excluindo as áreas de apoio à atividade agrícola	Anual	CM-MoV	10.885,34 hectares e 47,54% do concelho (2018) ²⁴	100%, excluindo as áreas de apoio à atividade agrícola	Anual	CM-MoV DGT

²⁴ Fonte: COS2018

Indicadores	Valor de referência (ano de referência)	Meta	Periodicidade	Fontes de informação	Valor de referência	Meta	Periodicidade	Fonte
Diversidade dos povoamentos florestais	Pb (4.403 ha); Ec (2.842 ha); Carv (25 ha); Pm (75 ha); Fol (218 ha); Res (25 ha) ⁽¹⁾ (2006)	Aumento da presença de espécies autóctones em detrimento da floresta de produção	Quinquenal	CM-MoV ICNF	Pb (3.107ha); Ec (4.769ha); Carv (152,34 ha); Pm (173 ha); Fol (709 ha); Res (35 ha) (2018) ²⁵	Aumento da presença de espécies autóctones em detrimento da floresta de produção	Anual	CM-MoV DGT ICNF
Varição da área de floresta de produção/ floresta de proteção	Floresta de produção: 7.345 ha; 96,8% da área florestal Floresta de proteção: 243 ha; 3,2% da área florestal (2006)		Quinquenal	CM-MoV ICNF	Floresta de produção: 8962,88 ha; 88% da área florestal Floresta de proteção: 1086,34 ha; 12% da área florestal (2018)	Aumento da presença de espécies autóctones em detrimento da floresta de produção	Anual	CM-MoV DGT ICNF
Áreas florestais integradas em ZIF	324 ha 51% da área de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)(2007)	Criação de novas ZIF e aumento em 25% da área florestal integrada em ZIF	Quinquenal	CM-MoV ICNF	629,37 hectares (2010)	Criação de novas ZIF e um aumento em 25% da área florestal integrada em ZIF	Anual	CM-MoV DGT ICNF
População residente em áreas com acesso a TC	958 pessoas usam transportes coletivos (2011)	100% da população residente	Anual	CM-MoV	Eliminar			
Pistas cicláveis	0 km (2014)	Execução da "Ciclovía do Mondego" no concelho	Quinquenal	CM-MoV	3,45 km (2021)	Execução da "Ciclovía do Mondego" e da "Ecopista"	Anual	CM-MoV
FCD4. Água								
Área impermeabilizada em zona de recarga de aquíferos	182,5 ha 1,9% da área de recarga (2007)	Varição nula da área impermeabilizada em área de recarga face à situação atual	Bianual	CM-MoV	229,32 ha - 2,3% da área de recarga de aquíferos (2018)	Varição nula da área impermeabilizada em área de recarga face à situação atual	Anual	CM-MoV DGT APA
Área impermeabilizada na zona afeta às captações e envolvente imediata	33,8 ha 14,1% da área de proteção (2007)	Sem aumento da artificialização	Bianual	CM-MoV	29,469 ha - 12% da área de proteção das captações (2018)	Sem aumento da área de artificialização	Anual	CM-MoV DGT APA

²⁵ Legenda: Pb (pinheiro-bravo); Ec (eucalipto); Carv (carvalho); Pm (pinheiro-manso); Fol (outras folhosas); Res (outras resinosas)

Indicadores	Valor de referência (ano de referência)	Meta	Periodicidade	Fontes de informação	Valor de referência	Meta	Periodicidade	Fonte
Qualidade da água subterrânea	6 estações (em 8) classificadas pelo menos na classe A2 em dois anos consecutivos (2011/2012)	Todas as estações de monitorização classificadas pelo menos na classe A2 durante 3 anos consecutivos	Anual	CCDR-C	Bom – 7 Razoável – 0 Medíocre – 4	Nenhuma massa com a classificação de Medíocre e a maioria com a classificação de Bom	Anual	CM-MoV DGT APA
Área de domínio hídrico impermeabilizada	6,5 ha 0,8% da área do Domínio Hídrico (2007)	Varição nula face à situação atual	Bianual	CM-MoV	7 ha - 0,8% da área do Domínio Hídrico (2018)	Varição nula face à situação atual	Anual	CM-MoV
Linhas de água requalificadas	0 km (2014)	Aumento de 20%	Anual	CM-MoV	Eliminar			
Qualidade da água superficial para usos múltiplos	Nenhuma estação (em 6) classificada pelo menos na classe B (2012)	Todas as estações de monitorização classificadas pelo menos na classe B durante 3 anos consecutivos	Anual	CCDR-C	Bom – 5 Razoável – 8 Medíocre – 1	Nenhuma massa com a classificação de Medíocre e a maioria com a classificação de Bom	Anual	CM-MoV DGT APA
Cobertura do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	62% dos alojamentos 65% de adesão ao serviço (2012)	100% da população residente	Anual	CM-MoV ERSAR	s.i.	100% da população residente	Anual	ABMG ²⁶ INE
Nível de tratamento dos efluentes agropecuários	72% dos titulares faziam valorização agrícola do efluente pecuário (2012)	100% dos efluentes enviados a tratamento ou valorizados adequadamente na agricultura	Anual	CM-MoV DRAP-C	Eliminar			
FCD5. Fatores de alteração do clima								
Eficiência energética na administração pública	12,7% do consumo energético no concelho (2012)	Diminuir 30% do consumo de energia na administração pública	Anual	CM-MoV	8,5% (2015)	Diminuir 50% do consumo de energia na administração pública	Anual	CM-MoV INE

²⁶ ABMG: Águas do Baixo Mondego e Gândara

Indicadores	Valor de referência (ano de referência)	Meta	Periodicidade	Fontes de informação	Valor de referência	Meta	Periodicid ade	Fonte
Unidades de produção de energia renovável de pequena escala	169 unidades de microprodução de energia solar. 11 unidades de miniprodução de energia solar (2014)	Aumento de 50% das unidades de mini e microprodução	Anual	Ministério da Economia e Emprego (2)	Eliminar			
Área afeta a projetos para produção de energia renovável	0 ha	10% da Área de Edificação Dispersa	Bianual ou Quinquenal	CM-MoV EDP	10 ha (2016)	Duplicar a área afeta à produção de energia renovável	Anual	CM-MoV DGEG
Varição das emissões de CO ₂ por setor de atividade	38,8% (transportes) 19,8% (agricultura) 18,3% (indústria) Variação global de -8% (2009)	Manutenção da tendência de diminuição registada entre 2008 e 2009	Anual	APA	57,9% (transportes) e 24,3% (indústria)	Diminuição da variação de emissões de CO ₂	Anual	CM-MoV INE APA
Área florestal com potencial de sequestro de carbono	20.553,09 ha 89,8% do concelho (2007)	O balanço final de carbono deve ser negativo (sequestro superior às emissões)	Quinquenal	CM-MoV ICNF	Eliminar			

Indicadores	Valor de referência (ano de referência)	Meta	Periodicidade	Fontes de informação	Valor de referência	Meta	Periodicid ade	Fonte
FCD6. Valores culturais								
Espaços de recreio e lazer	5 equipamentos culturais e de recreio ao ar livre (2012)	Nas áreas de maior interesse paisagístico, criar espaços de recreio e lazer acessíveis à população, devidamente equipados para o efeito	Bianual	CM-MoV	Equipamentos de Desporto: 1 Centro de alto rendimento (CAR), 14 grandes campos de jogos; 1 piscina coberta; 2 piscinas ao ar livre; Equipamentos de Culturais e Recreativos: 1 biblioteca, 1 galeria de exposições, 1 anfiteatro, 5 centros culturais, 1 teatro, 2 museus e 1 casa museu, 3 auditórios, 1 posto de turismo, 1 arquivo histórico, 1 parque zoológico e 1 centro equestre ²⁷	Aumento da oferta de equipamentos desportivos, culturais e recreativos	Anual	CM-MoV
Áreas de interesse paisagístico salvaguardas e valorizadas	Sem dados (2014)	Elaboração e concretização dos Planos de Pormenor para as UOPG U3, U4 e U16	Quinquenal	CM-MoV	Sem dados	Elaboração e concretização dos Planos de Pormenor para as UOPG U3, U4 e U16	Anual	CM-MoV

²⁷ Fonte: CM-MV

Indicadores	Valor de referência (ano de referência)	Meta	Periodicidade	Fontes de informação	Valor de referência	Meta	Periodicid ade	Fonte
Áreas e imóveis de interesse patrimonial salvaguardas e valorizadas	2 monumentos nacionais 12 imóveis de interesse público 8 imóveis de interesse municipal 1 imóvel com classificação em estudo 39 sítios arqueológicos (2014)	Concretizar os Planos de Pormenor para a recuperação e valorização do património cultural, nas UOPG U3 e U4	Quinquenal	CM-MoV DGPC	2 Monumentos Nacionais, 2 Monumentos de Interesse Público, 9 Imóveis de Interesse Público e 8 Imóveis de Interesse Municipal, num total de 23 imóveis classificados e 39 sítios arqueológicos ²⁸	Concretizar os Planos de Pormenor para a recuperação e valorização do património cultural, nas UOPG U3 e U4 e delimitação ARU associadas a áreas de valor patrimonial	Anual	CM-MoV DGPC

²⁸ Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt> e <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt> (2022)